

Análise do manual “Noções de História da Filosofia” do jesuíta Pe. Leonel Franca S.J.

Resumo

O presente trabalho investiga o manual “Noções de História da Filosofia”, do jesuíta Pe. Leonel Franca S.J, na primeira metade do século XX, ressaltando a intencionalidade da Companhia de Jesus em manter os princípios do Ratio Studiorum aplicado na Europa sobre as instituições educacionais brasileiras. Tal discussão está inserida na história educacional do Brasil, pois esse manual é instrumento da proposta pedagógica conservadora, no entanto, paradoxalmente vivenciamos no mesmo período o advento da pedagogia nova. Para tanto, foram analisadas as configurações desse manual, considerando as bases cronológicas da história do pensamento filosófico, o rigor epistemológico, as correntes filosóficas, os filósofos, os temas filosóficos de cada período, a exatidão nas notas e suas referências. Ressaltando as omissões em não disponibilizar recursos ou metodologias para aprendizagem, ausência de questionários, atividades complementares, textos suplementares, símbolos ou imagens dos filósofos ou dos locais centrais da filosofia. Essa discussão demonstra a Filosofia no Brasil tradicionalmente constituído pelos moldes da filosofia escolástica, evidenciando a efervescência da filosofia tomista nos centros universitários do Brasil entre o final do século XIX, e início do século XX.

Palavras-chave: Manual Escolar; Jesuítas; Pontifícia Universidade Católica.

Aldemir Barbosa da Silva
maquiavel.sc@hotmail.com

Introdução

O foco central dessa abordagem esta pautada no manual escolar da Companhia de Jesus, introduzida nos Colégios jesuítas da Ordem no Brasil, no ano 1918, pelo Pe. Leonel Edgar da Silva Franca S.J, intitulada a obra *Noções de História da Filosofia*.

A formatação da estrutura do artigo esta delimitada: inicialmente, em um breve apanhado histórico do autor, evidenciando sua importância na conjuntura religiosa, intelectual e política na primeira metade do século XX no país, corroborado pelo artigo expresso nesse *Manual*, intitulado por: *O pensamento Filosófico do Brasil de Hoje*, do intelectual Pe. Henrique Cláudio de Lima Vaz S.J, demonstrando a relevância das produções jesuíticas no contexto nacional; no segundo momento, investigar a estrutura da obra e a sua importância como manual escolar, citando os aspectos relevantes de sua formatação como material pedagógico; no terceiro momento, abordar a intencionalidade desse manual para manutenção da estrutura educacional tradicional¹, a partir da elaboração do *Manual* em 1918; e finalmente, analisar a influência do pensamento tomista nas Universidades e Faculdades de Filosofia no Brasil, a partir do decreto n.1.190, de 4 abril de 1939, como os temas que repercutem na aprendizagem em sala de aula.

Nesse viés o manual na perspectiva contemporânea constituiu um ato administrativo carregado de intencionalidade, pautado pela preocupação em subordinar os manuais ao discurso oficial, ou ainda com o de algum governo de ocupação, em um contexto de censura que tinha como objetivo eliminar ou evitar qualquer desvalorização ou qualquer interpretação nociva aos seus interesses, apontando um item estratégico no sistema educacional (CHOPPIN, 2004).

Leonel Franca na ótica política e educacional.

A trajetória intelectual do Pe. Leonel Franca inicia no Brasil em 1906, sobre a tutela do processo pedagógico da Companhia de Jesus, tendo sua extensão na Itália onde

¹ Baseado na exposição, feita pelo mestre ou pelo livro, na memorização, na recitação, e, de um modo geral, nesse princípio de que, em todas as aprendizagens, leitura, latim, cálculo, tudo passa pela reflexão que classifica, identifica, assimila, constrói e controla a todo momento o processo de elaboração do conhecimento (CHERVEL, 1990, p. 200).

realiza o curso de Filosofia na Universidade Gregoriana entre 1912 e 1915. Posteriormente volta ao Brasil e exerce o ofício do magistério, mas irá concluir os estudos e receber o título de doutor nas áreas de Filosofia e Teologia, na Itália em 1924. Um representante fidedigno do projeto do *Ratio Studiorum*², produzindo um importante acervo intelectual, projetado sobre os princípios que sustentam a legitimidade da Ordem no território brasileiro.

A repercussão das suas obras no âmbito nacional tem seu eixo principalmente nos Estados do (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus, Porto Alegre e São Paulo), no âmbito internacional (Argentina, Espanha, Holanda, Itália e Portugal). Suas publicações de artigos e entrevistas saíram em diários, principalmente no Rio de Janeiro (*Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio*), e em revistas de variada periodicidade, sendo vinculadas as instituições acadêmicas, profissionais (*Anuário das Faculdades Católicas, Gregorianum, Revista Brasileira de Pedagogia, Revista Brasileira de Estatística, Verbum*), ou religiosas (*Anais da Sociedade Jurídica Santo Ivo, Boletim da Associação de Professores Católicos, Boletim Oficial da Ação Católica Brasileira, A Ordem*) (ALEIXO, 2004).

A Editora Agir foi o instrumento de maior ressonância nas publicações e lançou, nos anos 1952, 1953 e 1954, a coletânea *Obras Completas do Pe. Leonel Franca S.J.*, acompanhada por 15 volumes. Compõe essa coletânea a obra *Noções da História da Filosofia* publicada em 1918, tem relevância de manual obrigatório nos colégios da Ordem, instituído como Plano Geral dos Estudos da Companhia de Jesus no Brasil.

Evidenciamos a importância da Ordem em manter a rigidez na implementação dos princípios do seu principal documento o *Ratio Studiorum*, traduzido pelo Pe. Leonel Franca e impresso pela Editora Agir apenas em 1952, deparamos com um fenômeno pedagógico que reproduz todas as regras do sistema pedagógico jesuítico, a partir da metodologia que compõe seus manuais, a configuração do calendário escolar e suas regras de estudos, a formação dos seus docentes, além de conservar a língua vernácula

² O *Ratio Studiorum* é um dos inumeráveis programas de estudos e de lições que foram abundantes no curso do século XVI, detalhando para cada classe autores a serem estudadas, partes da gramática a serem aprendidos, exercícios a serem feitos. (JULIA, 2010, p. 20).

com noções do latim e grego, entre outros atributos, cuja seriedade não é permitida desconhecer ou menosprezar.

Na construção dos vínculos do Pe. Leonel Franca com a intelectualidade brasileira, deparamos com uma perspectiva epistemológica filosófica e teológica no tomismo, trazendo consigo os princípios da Ordem dos Dominicanos do século XIII, com São Tomás de Aquino centrado nas obras *Suma Contra os Gentios* e *Suma Teológica*, e os fundamentos filosóficos em Aristóteles nas obras *Ética* e *Metafísica*. Um breve conceito de tomismo, evidência a importância de sua relação como o projeto da Ordem jesuítica, a partir do pensamento filosófico do cristianismo na Idade Média e sua renascença nas discussões, que permeiam os ambientes intelectuais nos centros universitários na modernidade.

Fundamentos da filosofia de Tomás de Aquino, conservados e defendidos pelas correntes medievais e modernas que nele se inspiram. Podem ser assim resumidos: 1º relação entre fé e razão, que consiste em confiar a razão à tarefa de demonstrar os preâmbulos da fé de esclarecer e defender os dogmas indemonstráveis e de proceder de modo relativamente autônomo (excetuando-se o respeito das verdades de fé que não podem ser contraditas), nos domínios da metafísica e da física [...]. (ABBAGNANO, 2007, p. 1144).

A solidificação da concepção filosófica tomista no Brasil será um princípio educacional estratégico da Ordem Jesuítica nos meados do século XX, seguido por esse preceito podemos evidenciar dois expoente da Ordem, seu pioneiro o Pe. Leonel Franca e posteriormente o Pe. Henrique Vaz, componentes centrais nesse projeto, afinal realizam produções intelectuais no âmbito nacional que proporcionam suporte para a lógica religiosa institucionalizada no Brasil.

A editora Loyola é responsável pelas publicações do Pe. Henrique Vaz entre o período de 1986 – 2000, seu arcabouço de cunho epistemologicamente filosófico e sua estrutura conceitual é fiel aos moldes da Ordem Jesuítica, citamos: *Escritos de Filosofia I-VII*; *Antropologia Filosófica I-II*; *Experiência Mística e Filosófica da Tradição Ocidental*. Enfatizando a Revista *Síntese Nova Era*, onde encontramos várias publicações do Pe. Henrique Vaz, em especial duas publicações sobre o intelectual Pe. Leonel Franca. A

primeira de 1995 – *Uma Filosofia Cristã da Cultura: Leonel Franca*, e a segunda de 1998 – *Leonel Franca e a Cultura Católica no Brasil*.

Retornamos ao Pe. Leonel Franca, intelectual que permeia as vielas do sistema educacional brasileiro na primeira metade do século XX no Brasil, além de compor uma peça importante no tabuleiro de xadrez da Ordem Jesuítica é defensor dos princípios que o regem, está comprometido com a política educacional tradicional vigente, sendo um genuíno preceptor do sistema pedagógico jesuíta no país, mas vivência um desconforto latente, quando depara com os Movimentos Educacionais Renovadores, com a bandeira de laicização do ensino no Brasil.

A política educacional no Brasil na década de 40 passa por uma relação tensa, principalmente pela proposta articulada por intelectuais de esquerda, destacamos: Anísio Teixeira, Lourenço filho e Fernando de Azevedo, com *O Manifesto dos Pioneiros pela Educação*³. Mas, a renovação do sistema educacional brasileiro tem como barreiras os Movimentos Católicos, enfatizamos: Confederação Católica Brasileira da Educação, Associação dos Professores Católicos e Ação Católica (composta pela juventude: agrária, estudantil, estudantes secundários, independente, operária e universitária, e os Homens da Ação Católica e a Liga Feminista da Ação Católica – composto por maiores de 30 anos ou casados).

Nesse contexto, o Movimento leigo Católico (ecletismo, liberalismo e positivismo), tem a liderança do importante intelectual Alceu Amoroso Lima, tendo como assistente espiritual o Pe. Leonel Franca J.S, protagonizando as mais importantes iniciativas da igreja católica no campo religioso e cultural. Deparamos com articulações católicas na função educativa, como a fundação da Associação dos Universitários Católicos em 1929, e a criação do Instituto Católico de Estudos superiores em 1932, sendo considerado embrião das Universidades Católicas e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (SAVIANI, 2011).

³ 1932. Divulgação do “Manifesto da Educação Nova”. A partir da década de 1920, em especial a partir de 1924, quando se deu a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), ganha força o movimento renovador postulando a superação das ideias tradicionais e sua substituição pelo ideário da pedagogia nova (SAVIANI, 2011, p. 15).

No Ministério da Educação e Saúde Pública, os Movimentos Católicos contam com o respaldo do ministro Gustavo Capanema, nessa perspectiva deparamos com o fortalecimento das bases conservadoras educacionais no país, e a presença dos intelectuais católicos: Alceu Amoroso Lima, pela Faculdade de Filosofia e Affonso Penna Junior pela Faculdade de Direito (com a bandeira de luta dos católicos na frente educacional), juntamente com Pe. Leonel Franca, na fundação das Faculdades Católicas e a PUC do Rio de Janeiro em 1940-1.

Aos 22 de dezembro de 1940, o Padre Franca recebeu a Provisão do Cardeal, nomeando-o reitor das Faculdades Católicas desde o anterior dia 12. Em outubro de 1946, por decreto do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, surgiu a Universidade *Pleno Jure*. Decreto *Laeta Coelo Ridens*, de 20 de janeiro de 1947, concedeu a ela o título de Pontifícia. Foram também muitos os serviços prestados Pelo Pe. Franca a instituições governamentais, na condição, por exemplo, de: membro do Conselho Nacional de Educação desde sua fundação em 1931 até 1948; membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir de 1937; Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística; membro da Comissão Censitária Nacional; autor de anteprojeto do Plano Nacional de Educação (1937); membro da Comissão Nacional do Livro Didático (1939); Delegado do Governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão ligado à UNESCO. (ALEIXO, 2004, pp. 118-119).

O presidente Getúlio Vargas em outubro de 1940, assina o decreto n.6.409, autorizando a instalação do curso de Direito e dos cursos de Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Neogermânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia, integrantes da Faculdade de Filosofia. Foi no mesmo período que o Conselho Nacional da Educação, autoriza por unanimidade, o funcionamento das Faculdades Católicas. Após a posse em dezembro de 1940, o Reitor o Pe. Leonel Franca torna um marco para história educacional superior católica no Brasil, nessa perspectiva outras Universidades Católicas espalham pelo território nacional, ao exemplo do governo Eurico Gaspar Dutra no Decreto n.9.632, em 1946, transformando as Universidades em “Pontifícia” iniciando com a PUC – São Paulo (1947), PUC – Rio Grande do Sul (48), PUC – Campinas (55), PUC – Minas (58), PUC – Paraná (59), a Universidade Católica Goiás (60), de Pernambuco (61), de Salvador (61), de Petrópolis (62), de Mato Grosso do Sul (93) e Brasília (94) (SAVIANI, 2011).

Mesmo com o advento das PUC’s no território nacional, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, fundado em 1937, estruturado e dirigido por Lourenço Filho até 1947, criou a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, priorizando a concepção humanista moderna, ou seja, concepção pedagógica renovada, frente à concepção humanista tradicional.

O Instituto assume um papel estratégico na luta de poderes pelo sistema educacional, entre os conservadores católicos e os renovadores da Escola Nova, pois as publicações de ordem nacional são analisadas e editadas como foi mencionado, pela concepção humanista moderna, criando barreiras ao conservadorismo latente predominante pelos movimentos católicos.

O Brasil na primeira metade do século XX passa por transformações que ecoam historicamente em todo território nacional, demonstrando as divergências latentes no âmbito sociopolítico – econômico. O Pe. Leonel Franca S.J., tem importância significativa no contexto nacional, pois pelo viés da Igreja Católica defende os interesses da Ordem no eixo político educacional, e articula a produção de artigos e livros que tenham circulação estratégica nos eixos conservadores do país, sustentando a bandeira da concepção humanista tradicional. Além das articulações políticas no governo, toma posse como reitor da PUC – RJ, fortalecendo a supremacia da Ordem no processo educacional repercutindo estrategicamente nas novas instituições educacionais brasileiras.

O manual “Noções de História da Filosofia” de 1918.

Este livro clássico do intelectual Pe. Leonel Franca S.J., segundo Japiassú e Marcondes (2006, p. 112) “*Noções de história de filosofia* (1º ed. 1918), durante muito tempo foi um dos principais manuais de ensino da Filosofia”. Apontamos do autor o caráter escolástico nas correntes “Aristotélica e Tomista”, devido à inclinação de sua formação jesuíta, porém esse aspecto não prejudica a fidelidade histórica e o rigor epistemológico filosófico do autor na construção dessa obra. Em 1918, ocorreu a primeira publicação da obra, tendo esgotado foi reeditada em 1928, onde foi acrescentado um novo capítulo que destaca a filosofia do Brasil, sendo considerado um pioneiro, por

demonstra uma síntese completa, fato não existente anteriormente. E finalmente em 1940, ocorre à última alteração, será inserido um novo capítulo, contendo a filosofia contemporânea e o existencialismo, tema que diverge do essencialismo predominante na escolástica.

Em 1918 Leonel Franca publicou seu primeiro livro. *Noções de História da Filosofia* respondeu a vivas instâncias de vários alunos, desejosos de um subsídio seguro para a preparação de exames, assim como de um guia para a aquisição de conhecimentos sólidos. A edição de 1921 incluiu importante capítulo sobre a Filosofia no Brasil. Em seu prefácio, escreveu o autor: A verdade é o anel supremo de nossa alma. Na sétima edição, de 1940, há o acréscimo de mais 50 páginas sobre a Filosofia Contemporânea. O livro atingiu seus objetivos, preenchendo lacunas e apresentando, em nível introdutório, valiosa síntese histórica (ALEIXO, 2004, p. 112).

O manual escolar *Noções de História da Filosofia* Pe. Leonel França S.J, que será analisado corresponde a 22ª edição, Rio de Janeiro, Editora Agir, ano 1978, importante enfatizar que esse exemplar é o nº 1702. O livro foi estruturado com um sumário, apontando os prefácios da 1ª edição – 1918; 2ª e 3ª edição – 1928; antes da 7ª edição – 1940, sendo redigidas pelo autor. Segue após o prefácio sobre o título de “Preliminares”, contendo “Definições, importância e divisão história da filosofia”. Posteriormente os capítulos, que são divididos em oito partes, correspondem aos períodos filosóficos e subsequentes aos capítulos necessários dos respectivos temas.

Nos capítulos que seguem o manual escolar, encontramos delimitadas as introduções que recebem outros termos: (caráter geral e divisão, caracteres gerais, caracteres e divisão, características gerais ou mesmo ausência dos termos), seus temas são em tópicos, uma numeração hebraica crescente que decorre dos temas e ao longo dos títulos gerais, as notas de rodapé – (são extenso, em latim, francês ou português, e citado na maioria das páginas), contém exclusivamente uma tabela, as bibliografias são citadas após cada tema abordado. Importante enfatiza que o material de análise é datado de 1918, o mesmo tem uma composição estrutural que correspondia às normas do período de sua elaboração. Não encontramos citações de leituras complementares, nenhuma imagem ou símbolo, ausência de questionário em toda obra, sem citações de

filmes ou documentários, impressão não é colorida, os textos não são diferenciados e mantidos no mesmo padrão de formatação.

A primeira parte ou época corresponde a Filosofia Oriental. Na introdução aborda a Ásia, o berço da humanidade e a imponência nas construções de seus impérios, dentro de uma milenar cultura literária e religiosa, seguido pela conclusão do pensamento oriental, fundamentalmente religioso, contendo uma linguagem fantasiosa e simbólica.

A segunda parte ou época corresponde à Filosofia Grega, inicia com uma breve leitura da filosofia na Grécia. Em linhas gerais, demonstra na introdução a constituição de numerosas colônias gregas da Itália e da Ásia menor, enfatizando os períodos clássicos e suas ideias. Ausência da conclusão final ou durante cada capítulo.

A terceira parte ou época corresponde à Filosofia Patrística, inicia com uma breve leitura do cristianismo e filosofia. Apresenta na introdução a influência do pensamento emanado pelo Cristianismo nas leituras filosóficas da Grécia, seguido por escritores eclesiásticos manifestando o novo aspecto a filosofia e o apogeu da corrente filosófica patrística.

A quarta parte ou época corresponde a Filosofia Medieval. Sua introdução é marcada pela missão desse período, em iluminar intelectualmente e moralmente a humanidade, período que destaca a corrente filosófica escolástica. Apenas um dos capítulos apresenta uma breve conclusão.

O berço do ideário filosófico do pensamento cristão repousa sobre o período da Filosofia Medieval, apontamos as universidades como celeiro das escolas filosóficas, sofrendo forte influência dos princípios agostiniano ou tomista, que ecoam seus ensinamentos as instituições religiosas (jesuíticas, dominicanas, oratorianas, gregoriana, entre outras), tanto na Europa como nos territórios de seus domínios. A política e a religião vivenciam um pacto desde a colonização do território brasileiro e tem longa duração, mesmo passando por desconfortos na reforma pombalina⁴, ainda permanece na

⁴ Defendia o desenvolvimento cultura do império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitarista; pelo “derramamento das luzes da razão”, nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram – se especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, coforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de

conjuntura do sistema educacional seus princípios. O tomismo é o princípio adotado pela Companhia de Jesus, influenciando a cultura nacional, produzindo um modelo fiel ao ideário cristão, produz nossas regras de moralidade entre o sagrado e profano, as leis articuladas ao código canônico, os costumes pertinentes à prática cristã, as datas comemorativas sagradas, os nomes das instituições de referência religiosa, entre outros.

No *Manual* encontramos essa vinculação entre tomismo e a formação dos intelectuais cristãos, fortalecendo o ideário proposto pela Ordem em paradoxo às novas propostas do advento científico da modernidade. A intencionalidade desse *Manual* nas instituições de referência no país demonstra a força do poder invisível desse ideário na formação de uma nação.

A quinta parte ou época corresponde a Filosofia Moderna. Evidência nas primeiras páginas os países eixos da filosofia na Europa nesse período, acentuando sua relevância para o desenvolvimento das teorias filosóficas nos centros de discussão, citando a França, a Inglaterra e a Alemanha, como pilares do pensamento moderno. Deparamos com a única tabela da obra, corresponde ao II capítulo, artigo I, 1. Kant – que demonstra uma análise transcendental, entre as formas de juízo e suas categorias.

A sexta parte ou época corresponde a Filosofia Contemporânea. Marcada pela divergência das ideias desse período com o Materialismo e o Positivismo, e a importância do puro pensamento abstrato.

A sétima parte ou época corresponde a Filosofia no Brasil. Em linhas gerais a introdução enfatiza que o pensar em filosofia no Brasil é embrionário nesse período, não podemos competir com as civilizações que vivem na fonte desses saberes, apenas damos os primeiros passos no solo nacional, com a construção das Faculdades e Institutos Superiores de Estudos Filosóficos, demonstrando nossa fragilidade em relação ao pensar filosofia no Brasil. Os intelectuais brasileiros são influenciados por correntes filosóficas europeias, sendo assim, temos produções científicas de teorias já consolidadas, faltando um intelectual de renome no âmbito nacional. Na conclusão o viés paradoxal aponta a filosofia com patrimônio que deve passar de geração em geração, porém existem

fazer ciência (SAVIANI, 2011, p. 80).

barreiras que combatem o desenvolvimento intelectual no país. Especificamente nessa parte, as notas de rodapé são em português e não consta o tópico bibliografia, após cada tema abordado.

Importante resaltar sobre o tema *Filosofia no Brasil* os polos conflitantes, que compõe as ideias filosóficas nos meados do século XX no país, de um lado, o positivismo ortodoxo e o materialismo evolucionista, e do outro lado, a preocupação inerente dos intelectuais católicos conservadores em defender a permanência da filosofia tomista nos moldes latentes da Ordem Jesuítica.

Franca viu nossa cultura, do ponto de vista das suas ideias diretrizes, dominada por três correntes: 1. O *positivismo ortodoxo* e a mentalidade positivista que dele deriva, esta afastando – se pouco a pouco da ortodoxia comtiana; 2. O *materialismo evolucionista*, simbolizado na figura então célebre de Ernest Haeckel, cujo representante mais conhecido entre nós foi Tobias Barreto de Meneses, um dos alvos das mais severas críticas de Franca na sua história da *Filosofia no Brasil*; 3. Mais tarde o *espiritualismo* de matiz bergsoniano, representado segundo Franca por Raimundo de Farias Brito, autor que merece as simpatias do nosso autor, mas cuja filosofia deve ser submetida, segundo Franca, às profundas correções exigidas por uma filosofia autenticamente cristã (VAZ, 1998, p. 318).

A parte final da obra segue a formatação: Apêndice sobre a oportunidade e importância da renascença escolástica no século XIX; Conclusão; O Pensamento Filosófico no Brasil de hoje, Pe. Henrique Vaz, S.J; Nota Bibliográfica Adicional, pelo Pe. Henrique Vaz, S.J., e o Índice de Autores.

Intencionalidade no manual escolar.

Os manuais escolares representam as marcas institucionais em cada época, acentuadas pelas políticas educacionais vigentes, projetada a partir de diferentes intencionalidades, que permeiam a construção da sociedade nos diversos períodos históricos.

Uma breve análise desse comportamento foi à expansão do ensino nos moldes educacionais da Companhia de Jesus no Brasil, representada pelas bases do projeto educacional do Plano Geral dos Estudos da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum*. A erradicação desse processo educacional ocorre em 1759, período marcado pela reforma

do Marquês de Pombal. Segundo Saviani (2011, p. 82) “por meio do alvará de 20 de junho de 1759, determino o fechamento dos colégios jesuítas, introduzindo as aulas régias a serem mantidas pela coroa”.

A intencionalidade dessa pedagogia jesuítica sobre a nação brasileira produz uma lógica de poder que emana o controle do saber erudito aos intelectuais. As raízes desse programa são evidenciadas pelas leis instituídas no documento central desse processo educacional, acentuando seu eixo no regime disciplinar, envolvendo a todos os membros que compõe o sistema de ensino. Nesse contexto, deparamos com os manuais e sua importância no desenvolvimento dos saberes, componente necessário para os estudos posteriores aos exames, momento que marca a ascensão do aluno na instituição.

Os exames eram orais, com os pontos sorteados na hora, para serem respondidos pelos alunos diante do *Tribunal de Exame*, formado pelos professores da instituição e pelo *Tribunal de Julgamento*, composto pelo Reitor, vice – reitor e o *Comissário do Governo*, geralmente uma figura ilustre, nomeado pelo governo. (GASPARELLO, 2004, p. 65).

Historicamente o processo educacional brasileiro tem suas marcas que identificam a intencionalidade pedagógica de cada período, acentuadas pelas lógicas de poder das correntes pedagógicas tradicionais ou renovadores.

As ideias pedagógicas no Brasil são demarcadas pelas seguintes fases: (1549-1759) monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; (1759-1932) coexistência entre a vertente religiosa ou leiga da pedagogia tradicional; (1932-1969) predomínio da pedagogia nova, e (1969-2001) configuração da pedagogia produtiva (SAVIANI, 2011). Cada período institucionalizou um sistema educacional que legitima suas ações dentro do processo educacional e fomenta as leis que tornam vigente a supremacia do controle educacional da nação. Os parâmetros são os principais instrumentos na implantação de um novo sistema pedagógico, gerando inevitavelmente as relações conflitantes no ambiente político educacional, remeto a questão da intencionalidade dos manuais educacionais, a construção desse estratégico material para as instituições educacionais irão ecoar na formação direta da nação. Nessa perspectiva Choppin, (2004, p. 553) “os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente

segundo o ambiente sócio cultural, a época, as disciplinas, os níveis e ensino, os métodos e as formas de utilização”.

A abordagem do manual escolar *Noções de História da Filosofia*, “tem como parâmetro as quatro funções essenciais: referencial, instrumental, ideologia e cultural, e documental”, como estrutura proposta por (CHOPPIN, 2004, p.553).

Inicialmente a função referencial – o *Manual* apresenta o aspecto pragmático da estrutura dos conteúdos de ensino, possibilitando a efetivação do currículo vigente proposto no período, seguindo a ordem cronológica dos fatos históricos da filosofia, como um capítulo exclusivo a história da filosofia no Brasil. Representa um programa de ensino de referência aos moldes do sistema educacional, pela coerência na formatação apresentada no sumário dessa obra, composição dos períodos filosóficos, estando correlacionadas as correntes filosóficas, as questões centrais e os seus filósofos.

Também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário de conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir para as novas gerações (CHOPPIM, 2005, p. 553).

Em segundo lugar a função instrumental – a proposta do *Manual* corresponde apenas a fragmentos dessa função, demonstrando ausência dos métodos que são evidenciados nessa função. Esse fragmento é representado pela memorização⁵ do conhecimento, ponto central da aprendizagem, cabe ao docente o rígido comportamento de fiscalizar os saberes aprendidos (decorados) pelos discentes, enfatizando que no *Manual* não encontramos exercícios ou atividades, propostas como método de ensino.

⁵ Em meio aos nascentes debates entre currículo humanístico e científico, entre método tradicional e método intuitivo, o livro escolar expressava igualmente as dificuldades na constituição de uma sociedade letrada que vivia mergulhada na tradição da transmissão oral. A memorização, base metodológica do ensino de uma sociedade que estava enraizada em um aprendizado pela repetição e oralidade, impregnou a construção dos livros escolares. (BITTENCOURT, 2008, p. 219-220).

O livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc (CHOPPIM, 2005, p. 553).

Em terceiro lugar a função ideologia e cultural – o pressuposto que marca essa função no *Manual* é o “Apêndice sobre a oportunidade e importância da Renascença Escolástica no século XIX”, uma leitura da escolástica e seus primórdios na patrística, ascensão das ideias filosóficas gregas no pensamento medieval nos moldes eclesiástico, a centralidade nos principais expoentes desse período, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. A passagem do período supremo do Cristianismo pela Renascença e o advento na Modernidade, com a divergência dos novos saberes propostos por esse período e prevalências dos saberes da corrente filosófica essencialista.

O Apêndice é um componente estratégico da Ordem em manter fidedigna a estrutura tradicional (educacional), como também o artigo “O pensamento Filosófico no Brasil de hoje, por Pe. Henrique Vaz, S.J”. São instrumentos implantados no *Manual*, com caráter de intencionalidade, inicialmente trazendo uma leitura das produções filosóficas no país e a permanência dos saberes da corrente filosófica escolástica ecoando na modernidade, e finalmente a prevalência doutrinária da Ordem, priorizando os conhecimentos do cristianismo pelos seus manuais.

Instrumento privilegiado de construção da identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub – reptícia, implícita, mas não menos eficaz (CHOPPIM, 2005, p. 553).

E finalmente a função documental – deparamos com um aspecto que torna esse *Manual* um diferencial na base de pesquisa documental, pois apresenta em cada capítulo sua bibliográfica correspondente, longas notas de rodapé em português, francês ou latim, e continuas na extensão do capítulo, acrescenta notas bibliográficas e o índice de

autores. Um material que proporciona uma investigação apurada, devido suas riqueza de referências e informações pertinentes à verificação de autenticidade.

Acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal [...] supõe, também, um nível de formação elevada dos professores (CHOPPIM, 2005, p. 553).

Nessa abordagem constatamos as quatro funções essenciais dos manuais escolares, representando um diagnóstico da construção estrutural e intencionalidade desse *Manual*, evidenciando que sua formatação foi constituída por parâmetros educacionais especificamente elaborados pela Ordem jesuítica, não desqualifica sua importância no âmbito educacional de saberes intelectuais, mas em sua entrelinha estão estabelecidos seus objetivos intrínsecos a permanência do sistema educacional tradicional.

O pensamento tomista permeia os ciclos universitários no Brasil

A partir dos meados do século XX, o Brasil tem influência do pensamento filosófico tomista nos meios universitários, ocorrendo o advento da filosofia escolástica, ou seja, a neo – escolástica. Partimos de uma breve análise dos teóricos e os centros universitários que compõe essa tendência no âmbito nacional.

Inicialmente o tomista de renome nesse período, Pe. Mauricio T. L. Penido – Faculdade Nacional de Filosofia que traduz sua tese *A Noção de Analogia em São Tomás*, considerado de valor pertinente ao estudo filosófico tomista; Em Recife, Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, S.J – reitor da Universidade Católica tem contribuições metafísicas em Bergson e M. Blondel, seguido pelo Pe. Paulo Gaspar de Menezes, S.J – nas discussões sobre o problema do amor em Santo Tomás; Na Faculdade Nacional de Filosofia – Eduardo Prado de Menezes dedica à metafísica tomista e confronta com as correntes filosóficas recentes naquele período.

Na Universidade do Distrito federal deparamos com Tarcisio M. Padilha, um adepto fiel à metafísica clássica; A figura de Alceu Amoroso Lima (participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) tem influência no *Centro D. Vital* – promove curso de iniciação ao tomismo e publicações na revista da *Ordem*; Na Universidade de Minas Gerais encontramos outro discípulo Pe. Leonel Franca, Artur Versiani Velloso – professor da Faculdade de Filosofia e fundador da revista *kriterion* apresenta um rigor filosófico com predominância da filosofia de Kant e Descartes. Importante ressaltar a Faculdade de Filosofia de São Bento, por ser pioneira no advento da corrente filosófica tomista, evidenciando seus intelectuais.

Na Faculdade de Filosofia da São Paulo – Roberto Saboia de Mendes, S.J encontramos um profundo pesquisador do pensamento metafísico clássico; Na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná – o tomista professor Ubaldo Puppi; Na Universidade do Rio Grande do Sul – o mestre Armando Câmara é defensor da metafísica clássica, sendo inspirado pelo tomismo de J. Maréchal e pela filosofia da ação de M. Blondel, a partir dessas leituras surge um grupo de estudos que funda o Instituto de Filosofia anexo a essa Universidade.

Um dos pontos de análise nesse artigo são o tomismo e a compreensão dessa corrente filosófica no Brasil, após demarcarmos os pontos universitários de localização e os seus principais representante e conseqüentemente os temas de abordagem, nos encontramos como o *Manual*, que evidência no Apêndice a problemática de negar o passado filosófico na construção dos novos saberes filosófico da modernidade, enaltecendo a importância do passado filosófico.

Os gregos estudaram e resolveram nas suas grandes linhas o problema das relações entre o espírito e a matéria, o sensível e o inteligível (1ª síntese). Os santos padres definiram claramente as relações entre o finito e o infinito, o Ser Necessário e os seres contingentes (2ª síntese). Os doutores escolásticos reviram e aperfeiçoaram os trabalhos anteriores, fixando melhor a harmonia entre a ciência e a fé (3ª síntese) (FRANCA, 1978, p. 337-338).

Resaltar o tomismo proporciona ao aluno uma perspectiva do pensamento filosófico nos preceitos neoescolástica, ou seja, conhecer as bases do pensamento

filosófico do cristianismo, a partir de Aristóteles levando – o a indagar sobre a existência primeira de todas as coisas, encontrando os seguintes termos como resposta: o Bem Supremo, o Primeiro Motor, o Ser Transcendente, a Essência, sendo levado a questionar os temas que permeiam a filosofia aristotélica e a filosofia tomista, apontados por: ato e potência, o ser e o ente, a matéria e a forma, a substância e o acidente, ou mesmo o fato de indagar sobre os quatro tipos de causas fundamentais de toda origem: material, formal, eficiente e final. Sendo levado a conhecer as cinco vias que provam a existência de Deus, em São Tomás de Aquino.

Eis um modelo pronto de formação educacional da Companhia de Jesus, que está evidenciada no *Manual* do Pe. Leonel Franca, levando o aluno sua apropriação teórica intelectual, fomentando instruir um defensor dos princípios tomista e neoescolástico na modernidade.

Considerações finais

A partir da delimitação do período histórico e espaço dessa abordagem, enfatizamos os aspectos relevantes para compreensão do contexto que antecede a elaboração do manual escolar *Noções de História da Filosofia*. Mesmo a obra sendo datada na sua primeira edição em 1918, têm suas bases marcadas pela história do descobrimento do Brasil. Em 1549, quando a Companhia de Jesus desembarca, com o Pe. Manoel da Nobrega no território nacional, dando sequência ao projeto de cristianização, inicia também a missão de implantar um processo educacional. A realização desse projeto segue os moldes aplicados na Europa pelo programa do *Ratio Studiorum*, reproduzindo a mesma estrutura do Plano Geral dos Estudos da Companhia de Jesus, no entanto, a Reforma Pombalina realizada pelo Marquês de Pombal em 1759, provoca a expulsão dos jesuítas do sistema pedagógico vigente.

Evidenciar a trajetória desse *Manual* no contexto nacional, pelo viés do arcabouço teórico do projeto neoescolástico na modernidade é demarcar uma posição estratégica da Companhia de Jesus no sistema educacional, com também os periódicos que circulam nos viés intelectuais da nação, citamos: *Verbum*, *Ordem*, *Kriterion* e *Síntese Nova Era*.

Essa análise foi realizada com o exemplar número 1702, datado em 1978, marcado por anotações de lápis no decorrer dos primeiros capítulos (uma transgressão – como ato profano violar o manual), munido de expressões além da língua vernáculo em latim, francês e grego no decorrer do manual, composto de 382 páginas, podemos salientar que apresentamos um digno exemplar da Companhia de Jesus.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins fontes, 2007.

ALEIXO, Pe. José Carlos Brandi. Pe. Leonel Edgard da Silveira Franca, S.J.: Reitor da primeira Universidade Católica do Brasil. **Pensam. Real.**, São Paulo, v. VII, n.15, p.107-120, 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHERVEL, André. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FRANCA, Pe. Leonel. **Noções da história da filosofia**. 22º ed. Rio de Janeiro, Agir, 1978.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construção de identidade: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo. n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MARCONDES, Danilo e JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3º ed.

R.J: Zahar, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das pedagogias no Brasil**. 3º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Leonel Franca e a cultura católica no Brasil. **Revista Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 25, n. 82, p. 317-328, 1998.

Análise do manual “Noções de História da Filosofia” do jesuíta Pe. Leonel Franca S.J.
Aldemir Barbosa da Silva